

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7ª Sessão Ordinária de 2022

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 3/5/2022, págs. 1/22)

Dia: 10/05/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022).

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001384/2010-68 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Trabalho
Embargado: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Objeto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP n.º 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP n.º 34/2009, com edição de ato normativo interno no qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001210/2012-67 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS
Advogado: Rafael de Cás Maffini – OAB/RS n.º 44.404
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Requer a percepção retroativa, com a incidência da devida correção monetária e juros moratórios, em favor de seus associados, das diferenças entre seus vencimentos já adimplidos e o valor que resultaria da percepção do limite mínimo constitucional no patamar de 90% do subsídio do Ministro do Superior Tribunal de Justiça referente ao cargo de Procurador de Justiça, observado o escalonamento de 10% entre as entrâncias, desde 1º de janeiro de 2005 até 28 de fevereiro de 2009.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio Grande do Sul

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 2) Proposição nº 1.00448/2018-14
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (30/06/2020)

- 3) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39
Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região
Advogada: Sabrine Tams Gasperin – OAB/CE nº 42.863
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP nº 33/2016.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Ceará
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 4) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 5) Proposição nº 1.00415/2021-60
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2021 (14/07/2021)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85

Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita

Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Alagoas

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

8) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50

Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Mato Grosso

Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedidos de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

9) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90

Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos oficiantes. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Cons. Engels Augusto Muniz

- 10) Conflito de Atribuições nº 1.00051/2022-72
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa
- 11) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2022-80
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071144-3. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 12) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidência
- 13) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidência

- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 15) Reclamação Disciplinar nº 1.00946/2020-45 (Recurso Interno)
Recorrente: Gamil Foppel El Hireche
Advogado: Yuri Rangel Sales Feliciano – OAB/BA n.º 61.926
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz
- 16) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

- 17) Reclamação Disciplinar nº 1.01122/2021-64
Requerentes: Mauro Henrique Chaves; Paulo Feitosa da Silva
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Maranhão
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa
Cons. Antônio Edflio Magalhães Teixeira

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 18) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 19) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator(a): Cons. Antônio Edflio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edflio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão

- 21) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF nº 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 22) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Jaime Romaquelli
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Mato Grosso
- 24) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

25) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2021 (22/06/2021)

27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista

Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba

Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Paraíba

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

28) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2022 (27/01/2022)

29) Conflito de Atribuições nº 1.00494/2021-73

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessados: Adalvo Nunes Dourado Júnior; Leandro Bastos Nunes

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012440/2020-14. Representação contra o Centro Universitário UNIRB por exigir que os professores da Instituição ministrem aulas remotas a partir do laboratório de informática e do estúdio de gravação da faculdade sem fornecer os materiais necessários para proteção e em descumprimento à determinação das autoridades públicas pelo fechamento das instituições de ensino durante o período de combate ao COVID-19.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

30) Proposição nº 1.00540/2018-10

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.

Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

31) Pedido de Providências nº 1.00518/2019-06

Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados

Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF n.º 29502

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Contrato administrativo firmado entre Município de Barbacena e escritório advocatício. Propositura de ação visando à indenização advinda dos royalties de petróleo e gás natural. Recomendação expedida por representante ministerial. Rescisão de contrato. Alegação de ausência de contraditório, ampla defesa e outras irregularidades. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Minas Gerais

- 32) Proposição nº 1.00952/2020-75
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP n.º 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapso temporal.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 33) Proposição nº 1.00271/2021-42
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 34) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso
- 35) Consulta nº 1.01152/2021-06
Recorrente: Luciano Franca da Silveira Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de inscrição do membro do Ministério Público em algum conselho profissional que não seja a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Exercício profissional concomitante e privado, desde que haja compatibilidade de horário.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

36) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

37) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)

Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.

Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

38) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

- 39) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina
- 40) Anteprojeto de Lei nº 1.00198/2022-71
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Anteprojeto de Lei. Visa à transformação dos cargos efetivos vagos do CNMP em cargos em comissão.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
- 41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00201/2022-10
Requerente: Eduardo Jose Falesi do Nascimento
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Portaria nº 002/2022-CGMP/PA. Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 002/2022-CGMP/PA. Supostos maus tratos contra menor. Alegação de nulidade. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

- 42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

- 43) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 44) Proposição nº 1.00805/2019-07
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estruturação do processo regulatório.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 45) Reclamação Disciplinar nº 1.00556/2020-48 (Recurso Interno)
Recorrente: Patricia Ramos Russo
Advogados: Luciana Cervieri da Camara – OAB/RJ n.º 84376; Luciana Valle de Vasconcellos – OAB/RJ n.º 103.668; Carlos Alberto Leopoldo da Camara Filho – OAB/RJ n.º 91982
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 46) Pedido de Providências nº 1.00965/2020-80
Requerente: Ademir Antonio Brunetto
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Mato Grosso
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01055/2020-33
Requerente: Horacio Afonso de Figueiredo da Fonseca
Advogado: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ n.º 57.739
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Representação por remoção compulsória de Promotor de Justiça no âmbito da Corregedoria Geral do Parquet estadual. Alegação de violação a dispositivos constitucionais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro

- 48) Pedido de Providências n° 1.00644/2021-11
Requerente: Weslei Machado Alves
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Ausência de controle do cumprimento do dever de residência na comarca e do dever de cumprimento do expediente ministerial no local em que sediada a Promotoria de Justiça ou da Procuradoria de Justiça.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Amazonas
- 49) Pedido de Providências n° 1.01139/2021-94
Requerente: Sayonara Freire de Andrade
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Westei Conde Y Martin Junior
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Solicitação de informações perante a 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Alegação de ausência de atendimento por parte do Parquet estadual. Alegação de omissão quanto à informação constante no Pedido de Providências n.º 1.00163/2021-70.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pernambuco
- 50) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.01185/2021-00
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Publicação de nome de membros e a descrição fática nas portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares. Ausência de sigilo. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
- 51) Proposição n° 1.01225/2021-60
Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Implementação de projetos de ressocialização do agressor contra a mulher e da capacitação de equipe técnica para aplicação do projeto pelo Ministério Público no âmbito das instituições públicas.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 52) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.01291/2021-68
Requerente: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas
Advogado: Carlos Nicodemos Oliveira Silva – OAB/RJ n.º 75208
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Descumprimento de norma prevista na Resolução nº 23/2007. Determinação para o imediato encaminhamento do PA – OUT – 1.00.000.004076/2021-9 ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01307/2021-14
Requerente: Ulisses Moroni Junior
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Roraima
Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Controle de atos de distribuição processual do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação à Procuradoria Geral de Justiça e à Corregedoria Geral para que juntem a CI nº 083/2019 – CGMP, encaminhada no SEI nº 19.26.1000000.0014580/2019-89.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Roraima
- 54) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01430/2021-08
Requerente: Alba Maria Alves Vasconcelos
Requeridos: Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Ministério Público Federal. Alegação de excesso de prazo e inércia do Parquet em analisar caso em que réu está preso preventivamente há três anos e onze meses, por supostamente ser mandante de homicídio.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01477/2021-71
Requerente: Atento Brasil S/A
Advogado: Daniel Chen – OAB/SP n.º 174398
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Alegação de substituição irregular do promotor natural responsável pelo Procedimento de Acompanhamento Judicial (PAJ) n.º 000153.2011.04.000/9.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo

- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00010/2022-30
Requerente: Daniel Batista Mariano
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Concurso público para ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça. Declaração de nulidade do edital de convocação da prova de títulos e entrega de documentos para inscrição definitiva.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
- 57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00147/2022-95
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás
Advogados: Frederico Manoel Sousa Alvares – OAB/GO n.º 51805; Augusto de Paiva Siqueira – OAB/GO n.º 51990; Analecia Hanel Rorato – OAB/GO n.º 58940
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Recomendação n.º 2021007350580, expedida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Cruz de Goiás, ao Prefeito Municipal de Palmelo/GO. Adoção de procedimento licitatório para contratação de serviços de assessorias jurídica e contábil para o exercício de 2022. Eventual improbidade administrativa por ocasião da contratação de escritório de advocacia. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Goiás
- 58) Proposição nº 1.00170/2022-43
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito ao crime de estelionato, previsto no art. 171, do Código Penal, quando praticado mediante depósito, emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou transferência de valores.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 59) Conflito de Atribuições nº 1.00177/2022-29
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.010255/2021-70. Notícia de Fato nº 38.0008.0000907/2021-6. Apuração de notícia de crime contra a ordem tributária praticado, em tese, por representantes da empresa ROLLEIRA & ROLLEIRA LTDA. Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: São Paulo

- 60) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão
- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00266/2022-66
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.33.007.000079/2019-21. Notícia de Fato SIG-MP 01.2018.00021741-1. Apuração de eventuais irregularidades no exercício das suas atividades pelo Grupo Educacional DMA. Município de Tubarão/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina

Processos desta Sessão (10/05/2022)

- 62) Remoção por Interesse Público nº 1.00005/2019-13 (Recurso Interno)
Recorrentes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogado: Eduardo Silva Toledo – OAB/DF nº 44.181
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Interessado: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Ângelo/RS (4ª Região). Relação desarmoniosa para com servidores.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 63) Conflito de Atribuições nº 1.00831/2020-97
Requerentes: Cynthia Graziela da Silva Cordeiro; Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessado: Eduardo Antonio Ferreira Zaque
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato SIMP nº 001606-147/2020. 1ª Promotoria de Justiça de São Felix do Xingu/PA. Promotoria de Vila Rica/MT.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará

- 64) Pedido de Providências nº 1.00272/2021-04
Requerente: Empresa Pedrosa Ltda
Advogado: Felipe Varela Caon – OAB/SP nº 407.087
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região – PE
Interessados: Chafic Krauss Daher; Leonardo Osório Mendonça; Lorena Pessoa Bravo Marostica
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco. Desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados. Inquérito Civil nº 003084.2020.06.000/8 e nº 003110.2020.06.000/9. Requisição de dados pessoais de funcionários e ex-funcionários da requerente. Ministério Público do Trabalho da 6ª Região. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Pernambuco
- 65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00471/2021-13
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Octavio Augusto da Silva Orzari – OAB/DF nº 32163; Vinicius Andre de Sousa – OAB/DF nº 60285; Pedro Machado de Almeida Castro – OAB/DF nº 26544; Bruno Henrique de Moura – OAB/DF nº 64376
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida. Utilização da rede social Twitter para proliferação de discurso de ódio, discriminação, xenofobia, expressões ofensivas em relação a Chefes de Estado, ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde e a colegas membros do Ministério Público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP 1.00304/2020-37. Portaria GAB-CSK/CNMP Nº 3/2021.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 66) Reclamação Disciplinar nº 1.00582/2021-57 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Advogados: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA nº 3259; Eduardo Falcete – OAB/DF nº 45066
Embargado: Sigiloso
Advogados: Guilherme Moacir Favetti – OAB/DF nº 48734; Rafael Thomaz Favetti – OAB/DF nº 15435
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Pará

- 67) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01204/2021-18
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Violação das vedações contidas nos arts. 128, §5º, II, e 129, IX, da CF; art. 44, IV, da Lei nº 8.625/93 e art. 111, IV, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00746/2020-74. Portaria CNMP CONS/GAB/CMW Nº 01/2021.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 68) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01437/2021-93 (Recurso Interno)
Recorrente: Coaracy Jose Oliveira da Fonseca
Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Eleição para formação da lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Resolução CPJ nº 17/2021, que designou o pleito para janeiro de 2022. Alegação de irregularidades praticadas pelo atual Procurador-Geral de Justiça, em exercício de mandato remanescente. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
- 69) Pedido de Providências nº 1.00037/2022-05
Requerente: Isabella Regina Serra Brito Mesquita
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Alegação de descumprimento de reserva de vagas a deficientes físicos, bem como aos requisitos de proporcionalidade e alternância na nomeação referente a concursos públicos realizados pelo Parquet estadual. Cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Goiás
- 70) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00046/2022-04
Requerente: Luis Eduardo Grangeiro Girão
Advogado: Mauricio dos Santos Pereira – OAB/SP nº 261515
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Nota Técnica nº 0001/2022/CAOPIJ. Obrigatoriedade de vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a COVID-19. Alegação de violação aos princípios constitucionais da legalidade e eficiência. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará

- 71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00058/2022-58
Requerente: Paulo César Rodrigues de Faria
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Controle. Recomendação de obrigatoriedade de vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a COVID-19. Suposta violação aos princípios constitucionais. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará
- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00094/2022-11
Requerente: Paulo César Rodrigues de Faria
Requeridos: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). Nota Técnica 02/2022. Vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19. Recomendação de obrigatoriedade. Alegação de ausência de fundamentação legal. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo
- 73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00103/2022-92
Requerente: Raiff Matos Silva Vasconcelos
Advogado: John Elyston de Souza Altmann – OAB/AM nº 13708
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação de obrigatoriedade de vacinação para crianças de 5 a 11 anos contra Covid-19. Alegação de existência de ameaças, constrangimentos e perseguições. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Amazonas
- 74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00115/2022-44
Requerentes: Paulo César Rodrigues de Faria; Sergio Roberto Kruke da Costa
Advogado: Paulo César Rodrigues de Faria – OAB/DF nº 64.817
Requeridos: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). Recomendação nº 01/2022. Obrigatoriedade de vacinação contra Covid-19 para crianças de 5 a 11 anos. Alegação de perseguição, ameaça e constrangimento aos pais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Amazonas

- 75) Notícia de Fato nº 1.00118/2022-05 (Recurso Interno)
Recorrente: Pavel Bezerra Marques
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
- 76) Conflito de Atribuições nº 1.00127/2022-04
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial nº 5001951-94.2021.4.03.6140. Apuração de possível crime de estelionato, após realização fraudulenta de contrato de financiamento bancário objetivando a aquisição de veículo automotor GM/Onix.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: São Paulo
- 77) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00152/2022-61 (Recurso Interno)
Recorrente: Francisco Eugenio Coutinho do Amaral
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00581/2021-01. Divulgação de mensagens em perfil pessoal na rede social "Facebook", com ofensas à honra e à reputação de ex-Presidente da República e Governador de Estado, bem como a Ministros do Supremo Tribunal Federal.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais
- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00153/2022-15
Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Requerido: Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará
Interessado: Márcio Pereira Tavares
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Decisão proferida nos autos do recurso administrativo n.º 02.2021.00024807-8. Avaliação de aptidão de servidor durante estágio probatório do cargo de técnico ministerial do Parquet estadual. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Ceará

- 79) Conflito de Atribuições nº 1.00156/2022-86
Requerente: Procuradoria da República no Município de Eunápolis – BA
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.010.000046/2022-82. Apuração de suposta omissão do Município de Guaratinga/BA e do Estado da Bahia na realização de cirurgia ortopédica e no fornecimento de prótese de quadril.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Bahia
- 80) Conflito de Atribuições nº 1.00189/2022-80
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.011.000028/2022-68. Apuração de irregularidades no transporte de passageiros no Município de São Vicente do Sul/RS, em razão de solicitação, por servidor do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) ao citado Município. Inquérito Civil nº 01888.000.033/2019.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio Grande do Sul
- 81) Conflito de Atribuições nº 1.00197/2022-18
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.14.000.003083/2019-66. Apuração de eventuais maus tratos de animais na Fazenda Santa Isabel. Município de Euclides da Cunha/BA.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00206/2022-99
Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Requerido: Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará
Interessado: Francisco Fabricio dos Santos Almeida
Advogados: Joana Barbara Lopes Pereira – OAB/CE nº 37015; Paulo Napoleão Gonçalves Quezado – OAB/CE nº 3.183
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Decisão proferida nos autos do recurso administrativo nº 02.2021.00023130-0. Avaliação de aptidão de servidor durante estágio probatório do cargo de técnico ministerial do Parquet estadual. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Ceará

- 83) Notícia de Fato nº 1.00242/2022-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Clessio Alves Sousa
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia
- 84) Conflito de Atribuições nº 1.00283/2022-94
Requerente: Procuradoria da República – Distrito Federal
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público Federal no Distrito Federal. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.16.000.000491/2021-14. Apuração de possíveis irregularidades consistentes na cobrança de taxas, pela UPIS – União Pioneira de Integração Social, para emissão de documentos acadêmicos, como primeira via de ementa ou conteúdo programático de disciplinas do curso.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 85) Conflito de Atribuições nº 1.00288/2022-62
Requerente: Procuradoria da República – Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.15.002.000125/2022-55. Inquérito Civil Público nº 06.2020.00001073-9. Apuração de suposta irregularidade no pagamento salarial dos servidores temporários da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte que, supostamente, receberiam vencimentos abaixo do salário mínimo. Utilização de recursos da União através do FUNDEB.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Ceará
- 86) Conflito de Atribuições nº 1.00289/2022-16
Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.26.004.000021/2022-47. Inquérito Civil nº 010/2014 – Autos nº 2013/1391732. Apuração de irregularidades na construção e entrega de casas populares financiadas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, no Município de Granito/PE.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pernambuco

- 87) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00295/2022-46
Requerentes: Carlos Eduardo Nazareth Nigro; Maria Emilia Gadelha Serra
Advogado: Mauricio dos Santos Pereira – OAB/SP n.º 261515
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Ruy Fernando Anelli Bodini
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ofício n.º 12/2022-3ª - PJ PAA Nº MP 2.0253.0000092/2022-9. Recomendação a diretores de escola. Obrigatoriedade de vacinação a crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19. Alegação de ilegalidade. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo
- 88) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00303/2022-63
Requerente: João Felipe Sousa Vieira
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 003.0.24829/2019, em face de analista jurídico. Suposto exercício de advocacia. Alegação de tipificação de forma irregular. Alegação de nulidade por falta de citação. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.00329/2022-84
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.30.009.000209/2021-31. Apuração de suposto delito de estelionato em âmbito virtual por parte dos donos da empresa GW3 CRYPTO BOT.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio de Janeiro
- 90) Conflito de Atribuições nº 1.00341/2022-34
Requerente: Procuradoria da República – Paraíba
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.24.003.000048/2018-38. Apuração de possíveis irregularidades na seleção dos beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida no Município de Santa Luzia/PB.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Paraíba

- 91) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução nº 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
- 92) Conflito de Atribuições nº 1.00356/2022-57
Requerente: Procuradoria da República – Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amapá. Ministério Público do Estado do Amapá. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Investigatório Criminal nº 1.12.000.000398/2021-41. Apuração de suposta prática de crimes descritos nos artigos 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/90 (ECA). Compartilhamento de conteúdos pornográficos envolvendo crianças e adolescentes em redes sociais. Município de Macapá/AP.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Amapá
- 93) Conflito de Atribuições nº 1.00357/2022-00
Requerentes: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Promotoria de Investigação Penal de Cabo Frio
Requerido: Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ nº 2022.00282607. Procedimento 1.30.009.000249/2021-83 (PRM-SPA-RJ-00008821/2021). Apuração de pirâmide financeira envolvendo a empresa E.S.A Consultoria e Tecnologia LTDA. Comarca de Cabo Frio/RJ.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 94) Conflito de Atribuições nº 1.00360/2022-70
Requerentes: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Promotoria de Investigação Penal de Cabo Frio
Requerido: Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ nº 2022.00275988 (SEI nº 20.22.0001.0018161.2022-07). Procedimento 1.30.009.000267/2021-65 (PRM-SPA-RJ-00009409/2021). Apuração de pirâmide financeira envolvendo a empresa Óregon Enterprises e Participações Financeiras Eireli. Comarca de Cabo Frio/RJ.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro

- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00374/2022-39
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 1.34.001.003553/2022-94. Nº MP: 38.0007.0000715/2022-9. Apuração de crime de estelionato utilizando meios eletrônicos.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: São Paulo
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.00375/2022-92
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Interessados: Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia; Promotoria de Investigação Penal de Cabo Frio
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. MPRJ nº 2022.00265331. Notícia de Fato nº 1.30.009.000056/2022-11. Apuração de pirâmide financeira. Empresa RD Consultoria e Construtora DT LTDA. Município de Cabo Frio/RJ.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 97) Conflito de Atribuições nº 1.00378/2022-53
Requerente: Ministério Público do Estado de Goiás
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.18.002.000166/2020-78. Processo 202000317916-MPGO. Apuração de irregularidades na expedição de diplomas. Curso de pedagogia. FAESB-FETAC. Município de Luziânia/GO.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Goiás
- 98) Conflito de Atribuições nº 1.00408/2022-77
Requerente: Procuradoria da República no Município de Sobral - CE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.15.003.000018/2022-17. Notícia de Fato nº SAJ: 01.2021.00033712-3. Apuração de possíveis irregularidades no Residencial Morada da Serra I, empreendimento habitacional do “Programa Minha Casa, Minha Vida (PCMV)”. Município de Tianguá/CE.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público